

O mercado de trabalho ajudará a economia brasileira a se recuperar?

Nelson Marconi

Coordenador executivo do Fórum de Economia da FGV e professor da FGV EAESP

O mercado de trabalho brasileiro, apesar da leve recuperação do nível de emprego, continuou mostrando sinais de precarização em 2019, que podem ser explicados tanto pela crise dos últimos anos como pela piora em nossa estrutura produtiva e a própria flexibilização da legislação trabalhista. O desemprego cai lentamente, mas a informalidade prossegue avançando rapidamente, e, entre os setores que elevam a participação na ocupação, alguns estão entre os que oferecem as menores remunerações. Nesse ritmo, o círculo vicioso prossegue e não haverá recuperação consistente da atividade econômica e do próprio emprego. Outro ponto interessante sobre a dinâmica recente de nosso mercado de trabalho é a reduzida elasticidade dos salários em relação ao nível de emprego ou mesmo à taxa de desemprego. Vamos discutir essas questões neste artigo.



Os dados da Pnad Contínua mostram uma lenta queda da taxa de desemprego, que na média de 2019 ficou em 11,9%, tendo atingido 11% em dezembro. Por outro lado, a taxa de informalidade, que era de 41,2%, em dezembro de 2015, passou para 43,7%, em dezembro de 2019.¹ Por outro lado, a remuneração média real de todos os trabalhos caiu apenas 3,3% no biênio 2015-2016. Não que essa queda, ou uma maior, seja desejável, mas é inferior à que seria esperada, considerando que, nesse mesmo período, o PIB despencou 6,7% e a taxa de desemprego aumentou quase 70%. A recuperação dos rendimentos veio nos anos posteriores, e a variação acumulada no período 2017-2019 foi de 3,5%. Esses dados refletem uma rigidez acentuada das remunerações oriundas do trabalho nos últimos anos, e analisar essa questão é importante para entendermos a dinâmica da relação

entre emprego, preços e salários na economia brasileira.

Citando apenas uma entre as inúmeras consequências do crescimento da informalidade, que prejudica o próprio resultado fiscal, o número de ocupados que não contribuíram para um instituto de previdência era de 31 milhões em 2016 (média anual); em 2019, atingiu 34,7 milhões. Como já foi dito em artigos anteriores, a reforma da Previdência não atentou para as mudanças no mercado de trabalho e a necessidade de equacionar a questão de seu financiamento nesse novo cenário.

Para analisar melhor a evolução de empregos e salários, vamos decompô-la, com base nos dados da Pnad, por condição na ocupação e setor de atividade. Os gráficos 1 e 2 nos permitem analisar a evolução da participação de cada tipo de ocupação no conjunto de ocupações da economia brasileira, bem como o rendimento médio real relativo auferido em cada um desses tipos de ocupação (entende-se por rendimento relativo aquele observado para determinada condição na ocupação dividido pelo rendimento médio geral), para também identificarmos os grupos de ocupação que mais estão contribuindo para as variações nos salários.

É nítida, infelizmente, a perda de espaço do emprego com carteira no setor privado (gráfico 1). Em contrapartida, sobe a participação dos por conta própria, dos sem carteira no setor privado e relativamente menos a dos empregadores. Nota-se que o tipo de ocupação que resulta nas menores

remunerações é justamente a dos dois primeiros. Também se observa que as remunerações dos empregos no setor público se elevaram a partir de 2016, proporcionalmente mais que para os demais grupos, explicando uma par-

cela da melhoria salarial inesperada em um cenário de crescimento reduzido e desemprego elevado. A definição dos salários no setor público segue uma lógica diferente da observada para o setor privado, mostran-

Gráfico 1 Composição percentual das ocupações, segundo a condição na ocupação

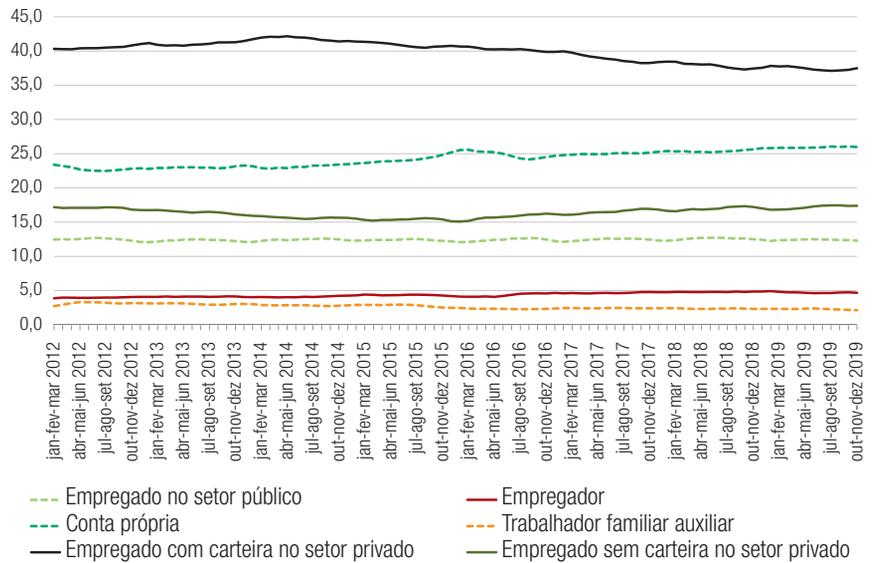
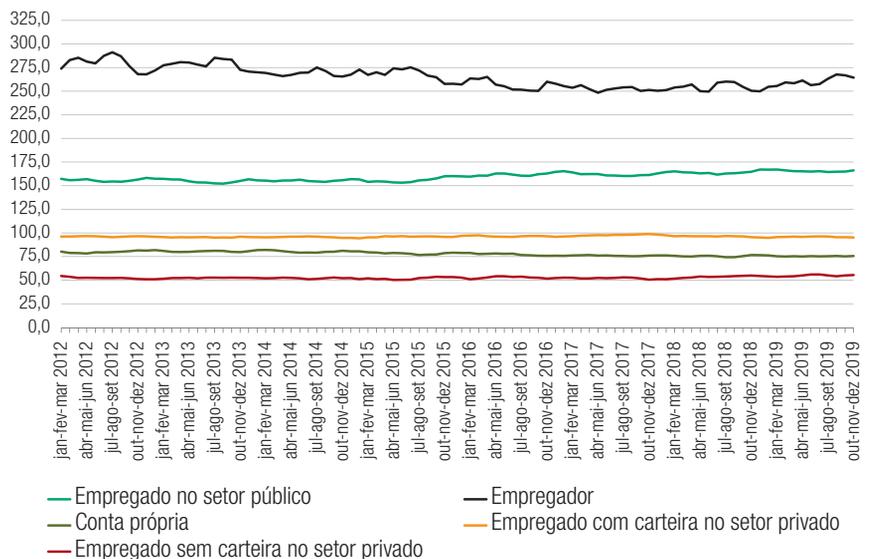


Gráfico 2 Remuneração média real relativa (média geral das ocupações = 100), segundo a condição na ocupação



Fonte primária: Pnad Contínua – IBGE.

do também que o propalado ajuste fiscal parece não ter atingido a despesa com pessoal (tendo sido realmente centrado no gasto com investimentos, conforme já discutido em outras oportunidades, e mais recentemente na venda de ativos).

Os gráficos 3 e 4 mostram o detalhamento da evolução da participação de empregadores e conta própria a partir do final de 2015, quando os dados sobre ambas as condições na ocupação passaram a ser desmembrados entre aqueles que possuem CNPJ (e que pertencem ao setor mais organizado da economia) e os que não possuem (característica marcante da informalidade). Dentre a composição desse subgrupo das ocupações, observa-se que o grupo dominante e crescente é o dos conta própria sem CNPJ, o mais precário de todos no mercado de trabalho e possuidor de uma remuneração média que só não é inferior à dos trabalhadores domésticos sem carteira e, mais que isso, apresenta tendência declinante. Também chama a atenção a melhoria da remuneração dos chamados empregadores sem CNPJ, um grupo com pequena participação na ocupação, também informal, e que pode estar sendo constituído por microempreendedores em situação consideravelmente precária. É importante acompanhar a sua evolução futura.

A próxima etapa da análise está baseada na desagregação dos indicadores de emprego e salários segundo os setores de atividade. Os gráficos 5 e 6 mostram o comportamento desses indicadores para um primei-

ro grupo de setores. Os setores que geram mais ocupações na economia brasileira são o comércio e a administração pública, e a participação

desse último é crescente. O salário relativo no comércio é declinante, o que é preocupante, dado o fato de ser o maior empregador. Uma possível

Gráfico 3 Composição percentual das ocupações, detalhando conta própria e empregadores

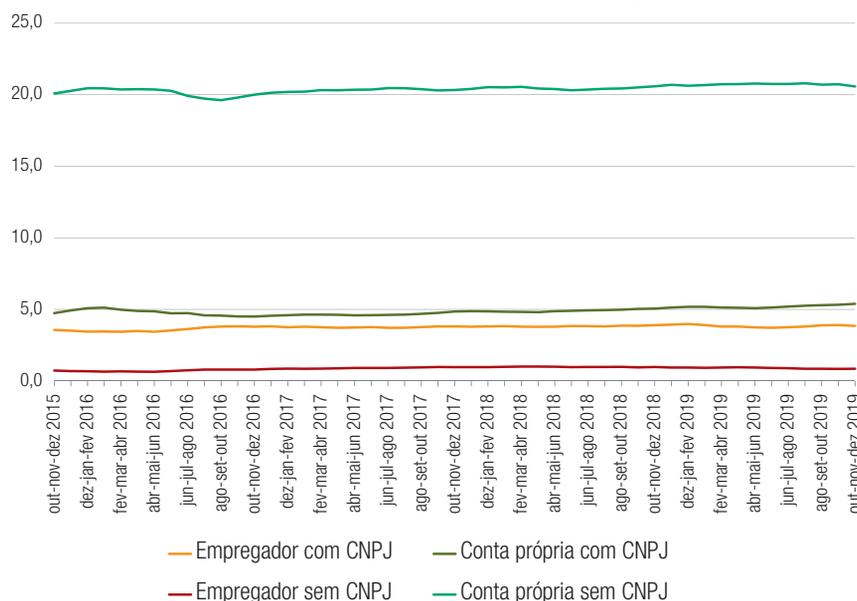
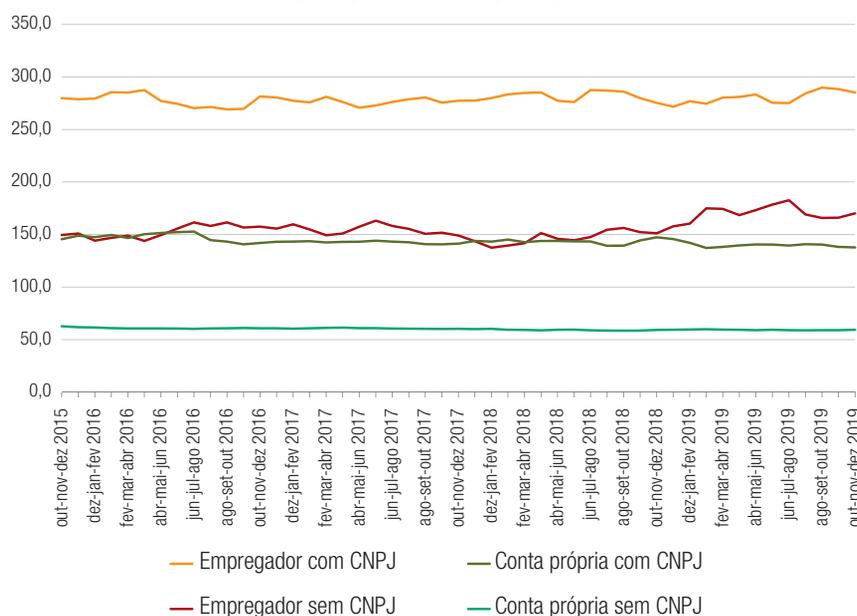


Gráfico 4 Remuneração média real relativa (média geral das ocupações = 100), detalhando conta própria e empregadores



Fonte primária: Pnad Contínua – IBGE.

explicação para esse comportamento é a precarização das relações de trabalho, já que não houve uma queda nas ocupações que pudesse explicar a redução do salário relativo. Já na administração pública, conforme citado anteriormente, os salários são crescentes e, como a participação do emprego ali também está se elevando, podemos dizer que é um dos setores que mais têm contribuído para essa pequena recuperação do mercado de trabalho, porém, à custa de uma despesa maior do setor público, o que torna o comportamento observado nesse setor insustentável a médio prazo.

A participação da indústria e da agricultura no total de ocupações cai, como já é de conhecimento geral, enquanto os salários relativos ficam relativamente constantes na indústria – em que a formalização das relações de trabalho e o grau de organização dos trabalhadores é maior e, portanto, os salários são mais rígidos – e ligeiramente crescentes na agricultura. A principal informação positiva observada nos gráficos 5 e 6 é a evolução do grupo de setores que inclui diversos setores modernos, como informação, comunicação, atividades financeiras e profissionais. Sua participação é considerável e crescente nos últimos anos, bem como seu salário relativo é elevado e mantido praticamente constante nos últimos anos. Essa é a informação mais promissora oriunda da análise dos números da Pnad.

O segundo grupo de setores inclui atividades de serviços tradicionais e a construção civil e está incluído nos

gráficos 7 e 8. Três setores, entre estes, aumentaram a sua participação nas ocupações nos últimos anos: transportes, outros serviços e alojamento e alimentação, com destaque

para esse último. À exceção do setor de transportes, os demais setores incluídos nesse grupo pagam remunerações inferiores à média, e praticamente todos os salários relativos estão em

Gráfico 5 Composição percentual das ocupações, segundo os setores de atividades

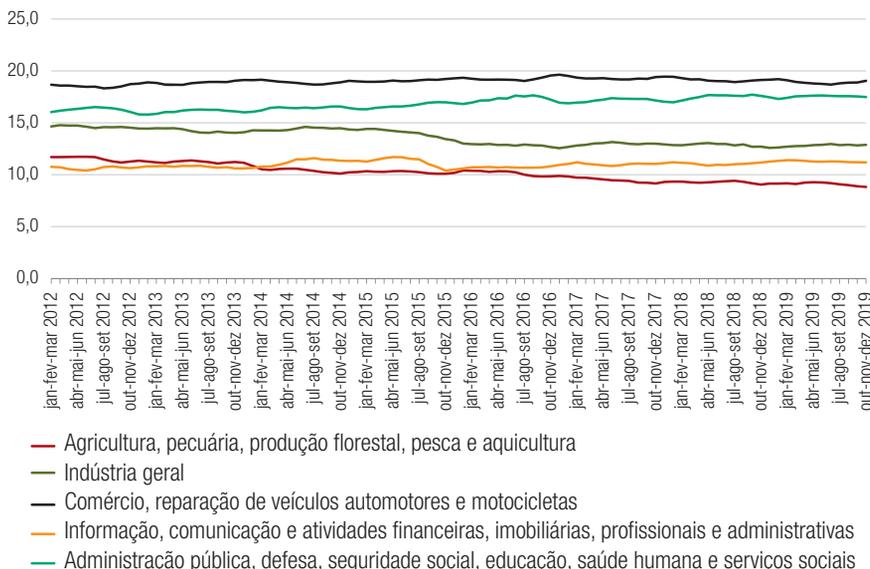
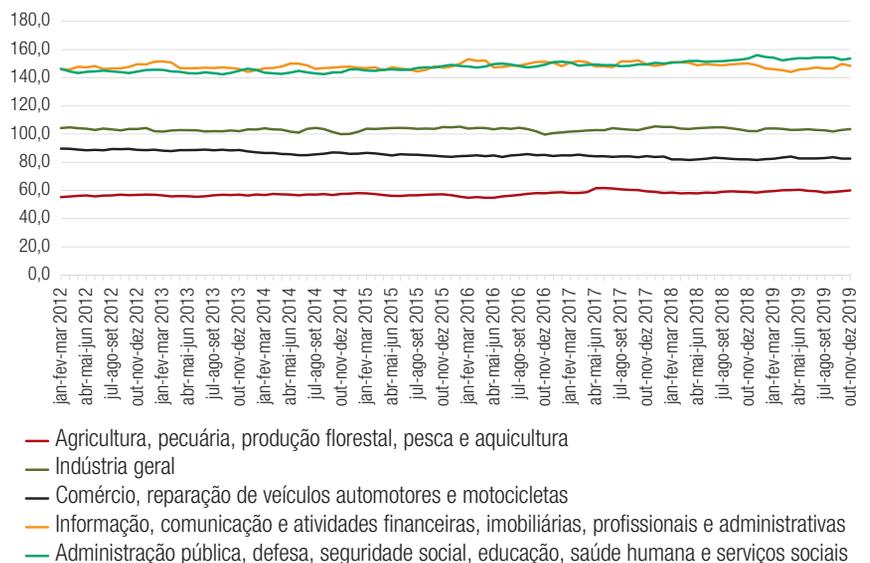


Gráfico 6 Remuneração média real relativa (média geral das ocupações = 100), segundo os setores de atividades



Fonte primária: Pnad Contínua – IBGE.

queda. Portanto, os setores relacionados nesse grupo, que aumentaram sua participação na ocupação, são pouco dinâmicos, praticam remunerações menores e apresentam menor evolução relativa.

Em resumo, esse é o cenário do mercado de trabalho brasileiro: uma recuperação muito lenta, baseada em setores pouco dinâmicos, que praticam remunerações menores e vêm crescendo menos, ou no

emprego público, fato que é insustentável a médio prazo. É, portanto, uma recuperação de má qualidade. A alta das remunerações foi puxada pela administração pública, cuja lógica não segue os mecanismos de mercado. Já a formalização das relações de trabalho na indústria fez com que o ajuste, nesse setor, recaísse com maior ímpeto sobre o emprego que os salários. O único setor dinâmico que vem apresentando bons resultados no mercado de trabalho é o dos serviços predominantemente modernos que incluem informação, comunicação, atividades financeiras, profissionais e administrativas. Não há como acreditar que, com essas características, o mercado de trabalho irá ajudar na recuperação da economia brasileira através do consumo das famílias. Como as exportações também não evoluem, por uma série de motivos cuja discussão não é objeto deste artigo, a única saída para estimular a demanda interna e os investimentos privados continua sendo a retomada dos investimentos públicos e uma ampla política de concessões de serviços públicos de transporte e logística. Do contrário, continuaremos patinando e teremos que apostar em uma pontual e localizada recuperação da construção civil que se observa desde o final de 2019.

Gráfico 7 Composição percentual das ocupações, segundo os setores de atividades

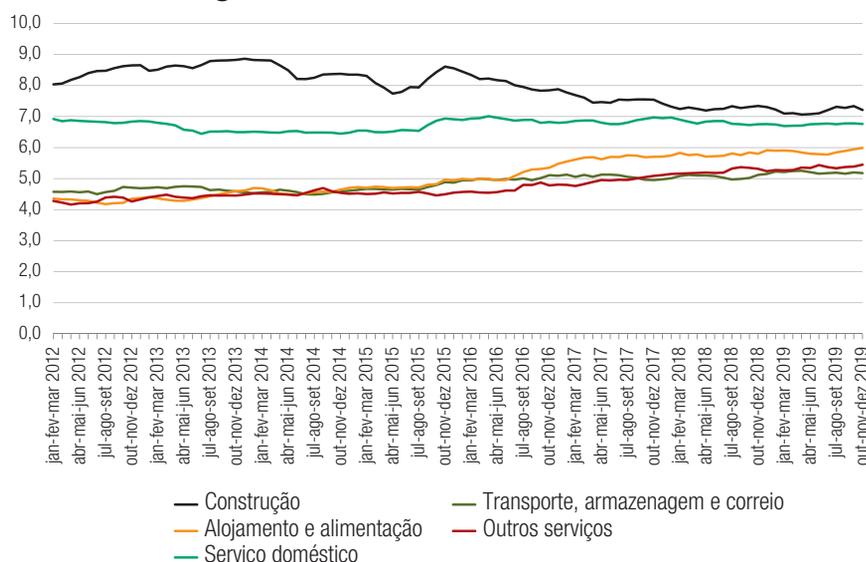
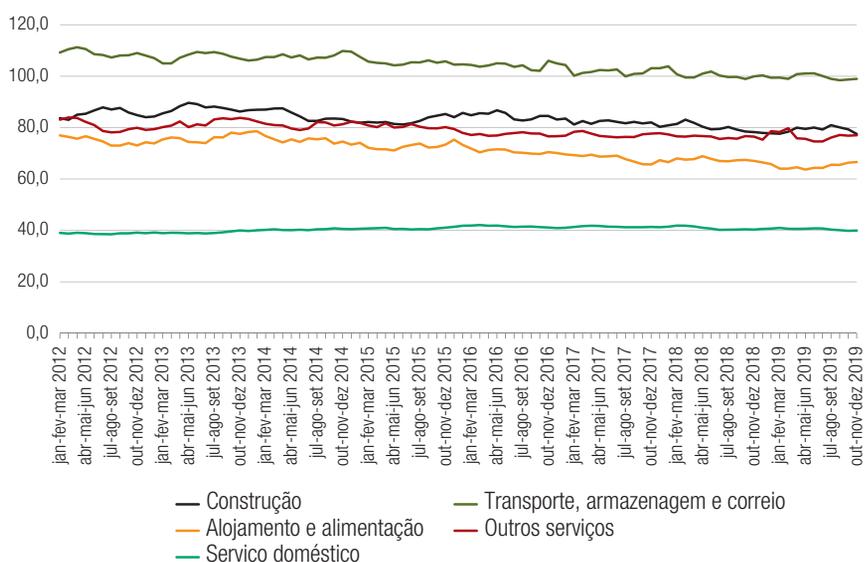


Gráfico 8 Remuneração média real relativa (média geral das ocupações = 100), segundo os setores de atividades



Fonte primária: Pnad Contínua – IBGE.

¹A taxa de informalidade foi estimada pela soma de ocupações sem carteira, incluindo o setor público, empregadores e conta própria sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares, dividida pelo total de ocupações.